



Aprovado em reunião da
Mesa Administrativa
em 32/05/04

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
CARRAZEDA DE ANSIÃES

Relatório e Contas
2020

Relatório de 2020

O ano de 2020 foi marcado por acontecimentos nunca antes vivenciados, que levaram a assumir formas de funcionamento completamente diferentes de tudo o que era previsível e normal.

A partir do final do mês de março, as instituições tiveram de criar planos de contingência e prepararam-se para funcionar em estado de emergência por forma a fazer face à epidemia da COVID 19 que passou a assolar o país e que condicionou a vida da instituição durante longos meses.

Durante este período tornou-se necessário suspender o funcionamento do berçário, creche e pré-escolar de 15 de março a 18 de maio para a creche e até 1 de junho para o pré-escolar.

No que respeita ao lar de Santa Águeda, este entrou em confinamento total utilizando o método de funcionamento em “casulo”. Criaram-se dois grupos que se revezavam de 14 em 14 dias mantendo-se fechados as 24 horas diárias juntamente com os utentes, uma espécie de clausura, por forma a evitar qualquer contato com o exterior.

Foram suspensos os serviços de Centro de Dia que funcionavam no Lar de Santa Águeda, tendo estes utentes sido integrados no Apoio Domiciliário, mantendo-se até hoje esta situação.

Os Centros de Animação e Convívio também foram suspensos durante os meses de março, abril maio e junho. Reabriram a 1 de julho e funcionaram até ao final do ano, altura em que foram de novo encerrados. Aos utentes destes centros foi sempre garantido o serviço de Apoio Domiciliário.

Os apoios domiciliários foram sempre garantidos e até reforçados por necessidades várias verificadas ao longo deste período.

Foram também garantidas pela instituição, a alimentação diária das equipas do Centro de Saúde que se encontravam de prevenção.

Para que tudo isto fosse possível, tiveram de ser alteradas as logísticas de abastecimento e funcionamento diário, inclusivamente no que respeita aos serviços administrativos que asseguraram não só as suas tarefas inerentes aos seus conteúdos funcionais, como ainda efetuaram todo o serviço do setor da alimentação e distribuição diária dos produtos de alimentação e de higiene.

A cozinha também criou duas equipas que funcionavam em confinamento por períodos de 14 dias.

Após o primeiro confinamento, houve alguma acalmia e os serviços retomaram alguma normalidade até outubro (18), altura em que foi decretado o estado de emergência, e de novo retomamos o mesmo método de funcionamento em “casulo”, utilizado no primeiro confinamento, com algumas alterações, como seja, os períodos de “clausura” foram reduzidos para 10 dias, seguidos de dez dias de descanso.

O esforço despendido por todos os colaboradores e utentes compensou largamente, uma vez que, não foi registado qualquer caso de COVID 19 no Lar de Santa Águeda, e os colaboradores também estiveram livres de qualquer contaminação, o que demonstra bem os cuidados e zelo que tiveram durante todo este período, mesmo com casos de utentes infetados no domicílio e onde tivemos de manter os serviços mínimos de Apoio Domiciliário.

Neste segundo confinamento, o Jardim de Infância manteve-se a funcionar para todas as crianças cujos pais exerciam funções essenciais, e como tal, não tinham onde deixar os filhos. É de referir que durante este tempo frequentaram o Jardim de Infância, em média, cerca de 32 crianças.

Foram criadas zonas de redução de contacto e higienização na entrada do Jardim de Infância, que em muito ajudou a controlar a interação com os pais e encarregados de educação.

No Lar de Santa Águeda foram criadas zonas de apoio às visitas dos utentes, de modo que, com segurança os nossos idosos pudessem receber visitas com o menor risco possível de contaminação do vírus. Estas obras foram executadas com o apoio financeiro do grupo “La Caixa/BPI”, que nos permitiu não só criar os espaços necessários para o efeito, como também melhorar as condições de isolamento no salão, substituindo toda a caixilharia e estores ali existentes.

Durante este ano, foi dada continuidade às obras de restauro das habitações do Bairro da Misericórdia, sito na rua Luís de Camões.

Mesmo com toda a problemática do período de confinamento, o programa CLDS 4G/CAUSA 4G teve início e adaptou a sua planificação a novas formas de atuação junto das populações de quem estiveram sempre próximas de modo a suprir os imensos efeitos do confinamento.

O programa POAPMC também se manteve com a distribuição mensal de alimentos e até foi reforçado, triplicando o número de utentes apoiados.

No que respeita às obras do novo lar, tiveram que ser atualizados os projetos e foi iniciado todo o processo de licenciamento junto da Câmara Municipal, pois a anterior licença tinha caducado. Nesta altura, o processo já se encontra de novo na fase final de aprovação.

Durante este período, foi aberto o concurso PARES 3.0 para o financiamento possível da obra. O período de candidaturas terminou em 31 de dezembro de 2020 e apresentamos a nossa candidatura no valor de 1.554.993,00 € (um milhão, quinhentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e três mil euros). A Segurança Social é a entidade gestora deste processo e encontra-se em fase de apreciação para posterior decisão.

Ao fim de todo este período de funcionamento longe de tudo o que seria imaginável e que foi proposto no plano de atividades e orçamento para 2020, e tendo-se verificado que seriam necessários gastar, muito para além do previsto, uma vez que as despesas seriam avultadas para fazer face à epidemia do COVID19, ficamos agradavelmente surpreendidos com as contas finais agora apresentadas, uma vez que, foi possível, com imenso esforço, rigor de todos e com a participação voluntária de muitos colaboradores da instituição, cortar despesas não essenciais e reduzir custos.

Muitos foram os colaboradores a exercerem atividades completamente fora dos seus conteúdos funcionais e assim contribuírem de forma decisiva na redução dos gastos.

Também se registaram algumas doações que importa realçar como sejam as da Câmara Municipal, União das Misericórdias, Grupo “La Caixa” e ainda da Segurança Social através do programa “Adaptar Social +”.

Assim, os números são elucidativos. Foram reduzidos os gastos com os fornecedores, e deste modo foi possível aumentar algumas despesas com os colaboradores, compensando-os minimamente pelos esforços que tiveram no apoio completamente voluntário junto da instituição, Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães.

Assim, fechamos o ano com um saldo positivo global de 62.692,72 € (sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois euros e setenta e dois cêntimos).

Por último, uma palavra de agradecimento a todos os voluntários que durante estes períodos difíceis, se mantiveram firmes e deram todo o apoio possível.

Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, 4 de maio de 2021

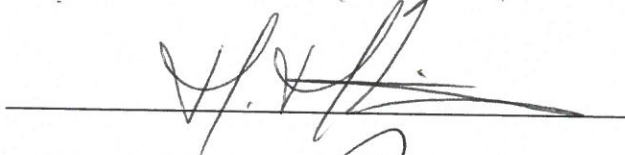
A Mesa Administrativa



The block contains a handwritten signature in dark ink, which appears to be 'Rosa Maria', written over a circular official stamp. The stamp features a central emblem with a cross and a crown, surrounded by the text 'SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CARRAZEDA DE ANSIÃES'.



Antonio Luiz de Castro



19

Balanço individual em 31.12.2020 e 31.12.2019

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.918.060,00	1.915.367,02
Bens do património histórico e cultural	4	82.415,90	82.415,90
Investimentos financeiros	12	26.560,59	24.755,98
		2.027.036,49	2.022.538,90
Ativo corrente			
Inventários	5	5.627,04	5.918,13
Créditos a receber	12	115.515,13	129.508,29
Estado e outros entes públicos	12	6.058,01	3.243,55
Fundadores/Benemeritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros	12	912,00	744,00
Diferimentos	12	7.418,41	3.533,16
Outros ativos correntes	12	714,70	535,16
Caixa e depósitos bancários	12	1.254.137,62	1.193.758,63
		1.390.382,91	1.337.240,92
Total do Ativo		3.417.419,40	3.359.779,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas	8	76.316,07	76.316,07
Resultados transitados	8	2.507.978,47	2.474.010,07
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7;8	411.719,35	407.058,60
		2.996.013,89	2.957.384,74
Resultado líquido do período		62.692,72	33.968,40
Total dos Fundos patrimoniais		3.058.706,61	2.991.353,14
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	157.963,76	186.455,65
		157.963,76	186.455,65
Passivo corrente			
Fornecedores	12	2.100,32	3.929,95
Estado e outros entes públicos	12	25.682,25	19.611,32
Financiamentos obtidos	8	28.450,00	28.450,00
Diferimentos			
Outros passivos correntes	12	144.516,46	129.979,76
		200.749,03	181.971,03
Total do Passivo		358.712,79	368.426,68
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		3.417.419,40	3.359.779,82

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Relatório e Contas 2020

221829717

88597

Página 5

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2020 e 31.12.2019

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS	
			2020	2019
Vendas e serviços prestados	+	12	526.858,87	525.538,38
Subsídios, doações e legados à exploração	+	12	897.715,87	856.546,81
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-		(165.545,72)	(168.634,90)
Fornecimentos e serviços externos	-	11 ; 12	(263.292,74)	(295.217,31)
Gastos com pessoal	-	12	(914.230,84)	(863.497,48)
Outros rendimentos	+	2 ; 7 ; 12	72.367,49	76.059,83
Outros gastos	-	12	(26.362,099)	(32.819,64)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		127.510,84	97.975,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4	(64.455,73)	(63.514,34)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		63.055,11	34.461,35
Juros e rendimentos similares obtidos	+	2		
Juros e gastos similares suportados (9)	-		(362,39)	(492,95)
Resultado antes de impostos	=		62.692,72	33.968,40
Resultado líquido do período	=		62.692,72	33.968,40

A Mesa Administrativa

Ricardo Manuel Antunes

O Contabilista Certificado

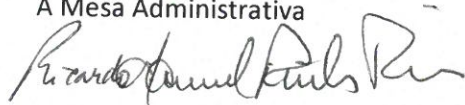
Carla Fidalgo

Demonstração individual dos resultados por funções do período findo em 31.12.2020 e 31.12.2019

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS										2019
	2020										
	ERPI	SAD	CD	Creche	Pre	CLDS	Bairro Social	CLDS3G	CLDS4G	Total	
Vendas e serviços prestados	+	308.503,82	123.993,15	10.565,20	44.115,80	39.680,90				526.858,87	525.538,38
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	(434.748,80)	(260.716,20)	(18.099,45)	(169.757,34)	(143.302,03)			(42.915,92)	(1.079.776,56)	(1.032.132,38)
Resultado bruto	=	(126.244,98)	(136.723,05)	(7.534,25)	(125.641,54)	(103.621,13)			(42.915,92)	(552.917,69)	(506.594,00)
Outros rendimentos	+	308.970,75	263.697,05	25.079,90	142.256,01	104.459,14	515,80	62.608,11	58.479,93	970.083,36	932.606,64
Gastos de distribuição	-										
Gastos administrativos	-	(127.095,53)	(101.079,83)	(8.545,38)	(24.583,88)	(25.252,48)	(515,80)	(25.207,56)	(15.564,01)	(327.844,47)	(363.540,13)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-										
Outros gastos	-	(20.398,65)							(5.867,44)	(26.266,09)	(28.011,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	35.231,59	25.894,17	9.000,27	(7.969,41)	(24.414,47)		27.163,73		63.055,11	34.461,35
Gastos de financiamento (líquidos)	-							(362,39)		(362,39)	(492,95)
Resultados antes de impostos	=	35.231,59	25.894,17	9.000,27	(7.969,41)	(24.414,47)		26.801,34		62.692,72	33.968,40
Imposto sobre o rendimento do período	-/+										
Resultado líquido do período	=	35.231,59	25.894,17	9.000,27	(7.969,41)	(24.414,47)		26.801,34		62.692,72	33.968,40

A Mesa Administrativa



O Contabilista Certificado




Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2020 e 31.12.2019

Unidade monetária: €

RUBRICAS			NOTAS	PERÍODOS	
				2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto					
Recebimentos de clientes e utentes		+		571.490,63	571.305,50
Pagamentos de subsídios		-			
Pagamentos de apoios		-			
Pagamentos de bolsas		-			
Pagamentos a fornecedores		-		(439.885,99)	(490.653,92)
Pagamentos ao pessoal		-		(904.824,77)	(840.502,26)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(773.220,13)	(759.850,68)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+			
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		909.318,80	919.315,21
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-		136.098,67	159.464,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-	4	(59.505,39)	(12.768,34)
Ativos intangíveis		-			
Investimentos financeiros		-		(1.692,07)	(1.661,51)
Outros ativos		-			
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+			
Ativos intangíveis		+			
Investimentos financeiros		+			
Outros ativos		+			
Subsídios ao investimento		+		13.582,51	
Juros e rendimentos similares		+		749,55	1.161,41
Dividendos		+			
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-		(46.865,40)	(13.268,44)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+			
Realização de fundos		+			
Cobertura de prejuízos		+			
Doações		+			
Outras operações de financiamento		+			
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		(28.491,89)	(28.400,67)
Juros e gastos similares		-		(362,39)	(492,95)
Dividendos		-			
Reduções de fundos		-			
Outras operações de financiamento		-			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)			(28.854,28)	(28.893,62)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			60.378,99	117.302,47
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	12	1.193.758,63	1.074.794,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	12	1.254.137,62	1.192.097,12

A Mesa Administrativa

[Assinatura]

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2019

Unidade monetária: €

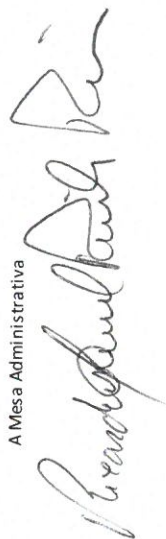
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamento e/ou outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1			76.316,07	2.474.010,07		419.057,93		2.969.384,07	2.969.384,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(11.999,33)		(11.999,33)	(11.999,33)
	2						(11.999,33)		(11.999,33)	(11.999,33)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							33.968,40	33.968,40	33.968,40
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							21.969,07	21.969,07	21.969,07
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										
	5									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5			76.316,07	2.474.010,07		407.058,60	33.968,40	2.991.353,14	2.991.353,14

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2020

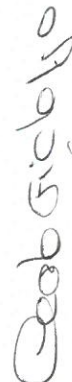
Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos e outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6			76.316,07	2.507.978,47		407.058,60			2.991.353,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	8						4.660,75			4.660,75
	7						4.660,75			4.660,75
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							62.692,72		62.692,72
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8									67.353,47
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	10			76.316,07	2.507.978,47		411.719,35	62.692,72		3.058.706,61
	11=6+7+8+10			76.316,07	2.507.978,47		411.719,35	62.692,72		3.058.706,61

A Mesa Administrativa



O Contabilista Certificado




Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

NIPC 501 276 890

1.2 – Sede

A sede da instituição localiza-se na Rua Luis de Camões, 1033, 5140 – 080 em Carrazeda de Ansiães.

1.3 – Natureza da atividade

A Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como atividade principal o apoio social a idosos em lar e domicílio (CAE 87301).

Dispõe, também, de estabelecimentos de educação pré-escolar (CAE 85100), de atividades de cuidados para crianças, sem alojamento (CAE 88910), de arrendamento (CAE 62200) e outras atividades de apoio social sem alojamento (CAE 88990).

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

-
- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
 - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
 - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
 - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
 - Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se, então, que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



- Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A este respeito, observar o que acima foi referido a propósito dos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras.

- Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Tais considerações e princípios sobre a materialidade foram acolhidos na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da instituição.

- Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

- Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Genericamente, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Num ou noutro caso isolado foi necessário alterar a política contabilística relativamente ao período anterior; nestas

circunstâncias excecionais, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação foram divulgadas neste Anexo, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

b) Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento):

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Terrenos, Edifícios, Viaturas, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre os ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizados aos AFT.

Investimentos financeiros

Tais investimentos incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho e um conjunto de aplicações financeiras de longo prazo depositadas na banca comercial. Em ambos os casos, a respetiva detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso

normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Quanto à valorização das aplicações financeiras depositadas na banca comercial acima mencionadas, a mesma tem por base o Método do Custo, considerando a natureza das mesmas.

Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo médio ponderado.

Imparidade de ativos

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo

que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2021.

No momento presente, entende-se que não existe um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano de 2021.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas de um período para o outro.

3.3 – Alterações nas Estimativas Contabilísticas:

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Não se verificou a existência de quaisquer erros de períodos anteriores, com impacto nas contas do exercício e/ou exercícios futuros.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis.

No caso de ativos obtidos por doação (em 2012), o valor que lhes foi atribuído assenta no respetivo valor de mercado à data da concretização da transferência da propriedade para a entidade.

- Ver 3.1 b)

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural			Outros ativos fixos tangíveis				
	...	Obras de Arte	Outras	...	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis					50	6	5	4 a 6	4
Taxas de depreciação					2,00%	16,66%	20,00%	16,66 a 25%	25,00%
Métodos de depreciação					Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

Quantas escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis			Bens do domínio público		Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural		Outros ativos fixos tangíveis						Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
			...	...	Obras de Arte	Outras	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Edifícios e Outras construções	
Em 01/01/2019	Quantas brutas escrituradas				4.499,67	77.916,23	10.919,91	2.516.640,73	524.162,77	261.151,54	164.126,38	9.127,70	275.951,83	3.844.496,76
	Depreciações acumuladas							(864.108,76)	(518.875,31)	(247.536,00)	(163.698,35)	(5.255,01)		(1.797.473,43)
	Perdas por impiedade acumuladas													
	Quantas líquidas escrituradas				4.499,67	77.916,23	10.919,91	1.652.531,97	7.287,46	13.615,54	428,03	3.872,69	275.951,83	2.047.023,33
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições						5.089,49	6.384,44	1.775,00		1.025,00		14.278,93
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalhos para a própria entidade												
		Outras												
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização												
		Decréscimos por revalorização												
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso												
		Outras												
	Diminuições	Alienações												
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações						(50.204,57)	(4.507,31)	(7.112,64)	(142,68)	(1.547,14)		(63.514,34)
		Transferência de depreciações												
		Reversões de depreciações												
	Perdas por impiedade	Aumentos de perdas por impiedade												
		Reversões de perdas por impiedade												
Em 31/12/2019 (01/01/2020)	Quantas brutas escrituradas				4.499,67	77.916,23	10.919,91	2.521.730,22	530.547,21	262.926,54	164.126,38	10.152,70	275.951,83	3.858.770,69
	Depreciações acumuladas							(914.313,33)	(521.382,62)	(254.648,64)	(163.841,03)	(6.802,15)		(1.860.987,77)
	Perdas por impiedade acumuladas													
	Quantas líquidas escrituradas				4.499,67	77.916,23	10.919,91	1.607.416,89	9.164,59	8.277,90	285,35	3.350,55	275.951,83	1.997.782,92
Movimentos do período 2020	Adições	Aquisições						26.505,54	6.045,90	16.150,00	7.377,27		11.070,00	67.148,71
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalhos para a própria entidade												
		Outras												
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização												
		Decréscimos por revalorização												
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso												
		Outras												
	Diminuições	Alienações												
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações						(50.774,50)	(5.178,78)	(6.812,64)	(142,68)	(1.547,13)		(64.455,73)
		Transferência de depreciações												
		Reversões de depreciações												
	Perdas por impiedade	Aumentos de perdas por impiedade												
		Reversões de perdas por impiedade												
Em 31/12/2020	Quantas brutas escrituradas				4.499,67	77.916,23	10.919,91	2.548.235,76	536.593,11	279.076,54	171.503,65	10.152,70	287.021,83	3.925.919,40
	Depreciações acumuladas							(965.067,83)	(526.561,40)	(261.461,28)	(163.983,71)	(8.349,28)		(1.925.443,50)
	Perdas por impiedade acumuladas													
	Quantas líquidas escrituradas				4.499,67	77.916,23	10.919,91	1.583.167,93	10.031,71	17.615,26	7.519,94	1.803,42	287.021,83	2.000.475,90

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade nos dois períodos relatados.

5 – Inventários:

5.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico					
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico		✓			
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Custo corrente					
		Preço de compra		✓			
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais		✓			
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição		✓			
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes		✓			
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
		Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
	Outros custos	Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
		Custos de empréstimos obtidos					
Técnicas de mensuração do custo	Custos padrão regularmente revistos						
	Outras			✓			
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado			✓			

5.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção				Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	
31.12.2020	Inventários armazenados na entidade		5.627,04	5.627,04					5.627,04
	Em trânsito								
	Inventários que se encontram fora da entidade								
	Em poder de terceiros								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado								
	Perdas por imparidade								
			5.627,04	5.627,04					5.627,04
31.12.2019	Inventários armazenados na entidade		5.918,13	5.918,13					5.918,13
	Em trânsito								
	Inventários que se encontram fora da entidade								
	Em poder de terceiros								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado								
	Perdas por imparidade								
			5.918,13	5.918,13					5.918,13

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via do seu consumo interno.

6 – Rendimentos e Gastos:

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

7 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			2020					2019				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	CLDS	515,80	18.732,37				515,80	19.248,17			
		Adaptar Social +	142,14	6.964,85								
		ISD	304,77	9.695,23								
		Doação espécie	396,00	16.236,00				396,00	16.632,00			
		INH	10.205,81	326.585,54				10.205,81	336.791,35			
		MASES	881,72	33.505,36				881,72	34.387,08			
			12.446,24	411.719,35				11.999,33	407.058,60			
	Subsídios relacionados com rendimentos	ERPI	241.148,16					227.631,18				
		SAD	239.106,00					226.489,20				
		CD	25.005,36					14.053,20				
		Creche	140.471,36					134.563,32				
		Pre escolar	103.556,16					106.477,02				
		Cantina Social	3.275,00					4.562,50				
		Vagas Sociais	21.961,68					23.868,44				
		CAUSA 4G	58.479,93					57.212,26				
		IEFP	16.126,33					799,04				
		POAPMC	9.282,03					2.449,09				
		Apoio à família	2.745,57					34.778,48				
		CMCA	36.558,29					23.663,08				
			897.715,87					856.546,81				
Reembolsáveis	...											
Totais			897.715,87	12.446,24	411.719,35			856.546,81	11.999,33	407.058,60		

8 – Instrumentos financeiros:

8.1 — *Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.*

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final do período a entidade não dispunha deste tipo de instrumentos.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro / passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A entidade não dispõe de Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

8.2 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas	76.316,07			76.316,07
Reservas legais				
Outras reservas	76.316,07			76.316,07
Resultados transitados	2.474.010,07		33.968,40	2.507.978,47
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial				
Outros				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Outras variações nos fundos patrimoniais	407.058,60			411.719,35
Subsídios				
INH		10.205,81		
MASES		881,72		
Jogos Sociais		515,80		
Fundação La Caixa BPI		304,77	10.000,00	
Adaptar Social +		142,14	7.106,99	
Doações		396		

8.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.

As dívidas estão relacionadas com um financiamento bancário contraído em fevereiro de 2008, pelo prazo de dezanove anos, cujo valor em dívida a 31/12/2020 ascende a 186.413,76 €.

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

A entidade não tem prestadas quaisquer garantias reais contra financiamentos bancários ou quaisquer outras dívidas.

9 – Benefícios dos empregados.

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

(valores expressos em euros)

Colaboradores durante o período	2020		2019	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados			69	69
Cooperantes				
Voluntários			4	4

Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2020 a Mesa Administrativa (Direção) é constituída por cinco elementos efetivos e dois suplentes e o Conselho Fiscal por três elementos efetivos e dois suplentes. Durante o ano de 2020 o número de elementos e a composição dos órgãos sociais não sofreu alteração.

10 — Acontecimentos após a data do balanço:

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

11 — Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

11.1 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Também se informa que não existem quaisquer dívidas para com os trabalhadores.

11.2 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único.

Pelos serviços prestados durante o período de 2020, o Revisor Oficial de Contas auferiu honorários/ano no valor de 2.850,00 €, mais IVA.

12 — Outras divulgações

12.1 — Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

12.1.1 – Detalhe da rubrica de Investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros detidos pela entidade incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho (no valor de 6.020,02 €), um conjunto de aplicações financeiras de longo prazo, sem risco de capital, depositadas na banca comercial (20.000,00 €) e o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (no valor de 540,57) €.

12.1.2 – Posição dos saldos das contas de Caixa, Depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2020			31.12.2019		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário				210,00		210,00
	...						
	Subtotais				210,00		210,00
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	620.931,43		620.931,43	760.342,44		760.342,44
	Outros depósitos bancários	633.206,19		633.206,19	433.206,19		433.206,19
	...						
	Subtotais	1.254.137,62		1.254.137,62	1.193.548,63		1.193.548,63
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		1.254.137,62		1.254.137,62	1.193.758,63		1.193.758,63

12.1.3 – Posição dos saldos das rubricas de Créditos a receber, fornecedores e outros passivos correntes.

(valores expressos em euros)

Detalhe das rubricas Créditos a Receber, Fornecedores e Outros passivos correntes	31.12.2020	31.12.2019
Créditos a receber (Ativo)	116.229,83	130.043,45
Clientes	30.199,21	22.330,17
Saldo Devedores Fornecedores	714,70	535,16
Fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	85.315,92	107.178,12
Fornecedores (Passivo)	2.100,32	3.929,95
Outros passivos correntes (Passivo)	144.516,46	129.979,76
Pessoal		
Fornecedores de investimentos	26.308,96	15.238,96
Credores por acréscimos de gastos	118.207,50	114.740,80

12.1.4 – Posição dos saldos da conta Estado e Outros Entes Públicos.

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2020			31.12.2019		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento						
Retenção de impostos sobre rendimentos		(5.152,38)	(5.152,38)		(3.167,43)	(3.167,43)
Imposto sobre o valor acrescentado	6.058,01		6.058,01	3.243,55		3.243,55
Outros impostos						
Contribuições para a Segurança Social		(20.347,40)	(20.347,40)		(16.327,47)	(16.327,47)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações		(182,47)	(182,47)		(116,42)	(116,42)
Totais	6.058,01	(25.682,25)	(19.624,24)	3.243,55	(19.611,32)	(16.367,77)

12.1.5 – Posição dos saldos das contas Devedores e Credores por Acréscimos e Diferimentos.

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos			Período 2020	Período 2019
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar	17.342,88	20.614,32
		IEFP	3.722,51	1.119,06
		Vagas Sociais	3.660,28	3.881,18
		CMCA - Recursos Humanos CAC	1.741,09	1.655,48
		POAPMC	88.835,60	972,00
		Capacitação Inclusão	69,70	32.852,55
		Cantinas Sociais	3.275,00	387,50
		CLDS 4G	42.729,93	
		Advogada	0,00	
		CLDS 3G	0,00	45.696,03
		Totais	161.376,99	107.178,12
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	118.207,50	114.740,80
		Totais	118.207,50	114.740,80
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	7.418,41	3.533,16
		Totais	7.418,41	3.533,16
	Rendimentos a reconhecer		0,00	0,00
		Totais	0,00	0,00

12.1.6 – Detalhe da conta Gastos com o Pessoal.

(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	Período 2020	Período 2019
Remunerações do pessoal	739.108,19	691.811,49
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	154.078,48	148.620,13
Seguro de acidentes de trabalho	17.149,55	19.079,93
Outros gastos com o pessoal	3.894,62	3.985,93
Remunerações adicionais	2.438,17	1.575,63
Outros	1.456,45	2.410,30
Totais	914.230,84	863.497,48

12.1.7 – Detalhe da conta Fornecimentos e Serviços Externos

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2020	Período 2019
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	25.814,89	52.199,86
	Publicidade e propaganda	1.880,67	1.063,95
	Vigilância e segurança	479,52	871,48
	Honorários	6.188,08	5.938,08
	Comissões		
	Conservação e reparação	16.403,55	16.138,53
	Outros		
Totais		50.766,71	76.211,90
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16.025,91	17.508,26
	Livros e documentação técnica	666,55	722,72
	Material de escritório	5.390,56	3.944,61
	Artigos para oferta	828,44	2.381,20
	Outros	4.436,54	2.848,67
Totais		27.348,00	27.405,46
Energia e fluidos	Electricidade	29.347,77	29.906,44
	Combustíveis	69.506,46	70.678,22
	Água	783,15	2.631,36
	Outros		
Totais		99.637,38	103.216,02
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	71,65	643,90
	Transportes de pessoal	138,80	
	Transportes de mercadorias		
	Outros		
Totais		210,45	643,90
Serviços diversos	Rendas e alugueres	4.271,79	12.648,59
	Comunicação	4.107,68	4.549,12
	Seguros	5.607,34	5.093,37
	Royalties		
	Contencioso e notariado		85,00
	Despesas de representação		
	Limpeza, higiene e conforto	49.146,96	43.267,72
	Outros serviços	22.196,43	22.096,23
Totais		85.330,20	87.740,03
Totais		263.292,74	295.217,31

12.1.8 – Detalhe do Rédito

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2020			2019		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	526.858,87	99,86%	0,25%	525.538,38	99,75%	
Juros	749,55	0,14%	(43,97%)	1.337,86	0,25%	
Royalties						
Dividendos						
Totais	527.608,42	100,00%	0,14%	526.876,24	100,00%	

2018	
Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
511.588,51	99,73%
1.392,08	0,27%
512.980,59	1,00

12.1.9 – Detalhe dos Subsídios à Exploração reconhecidos em 2020

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com rendimentos	Seg Social - ERP	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2011	Renovado Automaticamente	241.148,16		241.148,16
		Seg Social - SAD	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2009	Renovado Automaticamente	239.106,00		239.106,00
		Seg. Social - Centro Dia	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2009	Renovado Automaticamente	25.005,36		25.005,36
		Seg. Social - Creche	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2008	Renovado Automaticamente	140.471,36		140.471,36
		Seg. Social - Pre	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2010	Renovado Automaticamente	31.148,52		31.148,52
		Seg. Social - Pre	Acordos Cooperação	Ministério Educação	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2010	Renovado Automaticamente	55.064,64		55.064,64
		Seg. Social - Educação Pré Escolar	Programa Expansão Desenvolvimento Educação Pré escolar	Ministério Educação	Compensação financeira	Subsidio	2020	2020	17.342,88		17.342,88
		Seg. Social - Cantinas Sociais	Programa de Emergência Alimentar - Rede Solidária de Cantinas Sociais	Segurança Social	Acesso a refeições diárias gratuitas às pessoas/famílias necessitadas	Subsidio	2018	2018	3.275,00		3.275,00
		Seg. Social - Vagas Sociais	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio aos mais desfavorecidos em Lar	Comparticipação	2012	Renovado Automaticamente	18.301,40	3.660,28	21.961,68
		Protocolo CMCA	Protocolo Cooperação	CMCA	Reembolso despesas com Centros de Convívio	Protocolo	2012	Renovado Automaticamente	22.070,53	1.741,09	23.811,62
		Premios de Participação	Premios de participação	CMCA	Incentivar participação em atividades	Subsidio	2019	2019	1.250,00		1.250,00
		Apoio Encargos	Apoio	CMCA	Reembolso Encargos Cessão Contratos CLDS	Subsidio	2020	2020	4.016,67		4.016,67
		Apoio CMCA	Apoio	CMCA	Apoio	Subsidio	2020	2020	2.000,00		2.000,00
		Apoio COVID	Apoio	CMCA	Compra de material COVID	Subsidio	2020	2020	5.000,00		5.000,00
		Apoio SAD	Apoio	CMCA	Apoio SAD	Subsidio	2020	2020	480,00		480,00
		Programas IEFP	Candidaturas	IEFP	Apoio ao emprego	Comparticipação	2019	2019	13.522,88	2.603,45	16.126,33
		POAFMC	Candidaturas	POISE	Apoio Generos A.I.	Financiamento	2017	2019	896,40	8.385,63	9.282,03
		Apoio à família COVID	Apoio	Segurança Social	Apoio	Financiamento	2020	2020	2.745,57		2.745,57
		CLDS 4G	Candidaturas	POISE	CLDS 4G	Financiamento	2020	2023	15.750,00	42.729,93	58.479,93
									817.977,49	79.738,26	897.715,75

12.1.10 – Detalhe das contas Outros Rendimentos e Outros Gastos.

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2020	Período 2019	Outros gastos		Período 2020	Período 2019
Rendimentos suplementares	Serviços sociais			Impostos	Impostos diretos		
	Aluguer de equipamento	52.998,80	51.109,16		Impostos indiretos		556,94
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas	19,47	
	Royalties				...		
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...		
	Outros rendimentos suplementares	2.008,74	2.125,81		...	242,04	
Totais		55.007,54	53.234,97	Totais		261,51	556,94
Descontos de pronto pagamento obtidos				Descontos de pronto pagamento concedidos			
Recuperação de dívidas a receber				Dívidas incobráveis		96,00	4.808,48
Ganhos em inventários	Sinistros	557,40		Perdas em inventários	Sinistros		
	Sobras	259,32			Quebras		
	Outros ganhos		560,30		Outras perdas		
Totais		816,72	560,30	Totais			
Rendimentos em investimentos não financeiros	Alienações			Gastos em investimentos não financeiros	Alienações		
	Sinistros	306,76			Sinistros		
	...				Abates		
	Outros rendimentos				Outras gastos		
Totais		306,76		Totais			
Outros	Correções relativas a períodos anteriores	128,68	4.474,56	Outros	Correções relativas a períodos anteriores	5.881,91	9.771,25
	Imputação de subsídios para investimentos	12.446,24	11.999,33		Donativos		
	...				Quotizações	600,00	600,00
	Restituição de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso da estimativa para impostos				Insuficiência da estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
	...				...		
	Outros não especificados	2.912,00	4.452,81		Outros não especificados	19.522,67	17.082,97
Totais		15.486,92	20.926,70	Totais		26.004,58	27.454,22
Totais		71.617,94	74.721,97	Totais		26.362,09	32.819,64

A Mesa Administrativa

[Assinatura]

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

221829717

88597

António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

*Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479*

Contribuinte n.º 144 315 157



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.417.419,40 € e um total de fundos patrimoniais de 3.058.706,61 €, incluindo um resultado líquido de 62.692,72 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Considerando que permanecem as incertezas decorrentes da pandemia provocada pelo novo coronavírus, ao qual se encontra associada a doença Covid -19, e dado que a atividade exercida pela entidade exige a tomada de medidas muito fortes com vista à limitação dos contágios ligados a esta doença, um eventual agravamento desta a nível nacional ou regional pode agravar os custos normalmente suportados pela entidade com esse esforço do controlo da sua propagação.

No entanto, considerando a experiência colhida pela entidade no ano de 2020 e o facto de a vacinação estar a correr a bom ritmo a nível nacional, não são de esperar efeitos relevantes para a entidade ao nível da rentabilidade da sua atividade, em resultado de um eventual agravamento do surto pandémico.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CAVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 312 157



material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

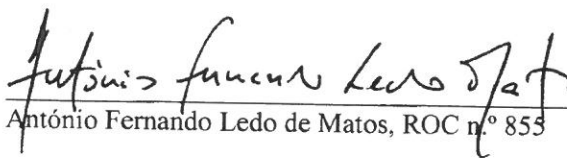
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais. Contudo, entendemos que o mesmo deveria conter mais informação, na perspetiva da dissecação da informação quantitativa mais importante contida nas Demonstrações Financeiras.

Carrazeda de Ansiães, 3 de maio de 2021



António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CONCELHO
DE
CARRAZEDA DE ANSIÃES**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias e legais, designadamente o disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 31º dos Compromissos da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, foi submetido à apreciação deste Conselho Fiscal o “Relatório e Contas” da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, do exercício de 2020.

Parecer

Somos de opinião que o Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, referentes ao ano de 2020, **sejam aprovados.** -----

Carrazeda de Ansiães, 13 de maio de 2021

O Conselho Fiscal

João Manuel Pires

António Julio Samorinha

Manuel Claudino Alves